

Ashjan Sadique Adi  
Fábio Bacila Sahd  
(Orgs.)

ORIENTE MÉDIO E PALESTINA PESQUISADOS A  
PARTIR DO BRASIL: REFLEXÕES ACADÊMICAS,  
MARGINAIS E CRÍTICAS  
1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais  
Navegando Publicações  
2020



# A LUTA DAS MULHERES ÁRABES À LUZ DO FEMINISMO ANTICOLONIAL\*

*Soraya Misleh<sup>1</sup>*

## Introdução

Em palestras e debates a distintos públicos brasileiros sobre a chamada Primavera Árabe, em 2011, uma pergunta era frequente: a participação de mulheres nos processos revolucionários em curso. Uma das imagens que ganhou repercussão à época era de egípcias na Praça Tahrir, durante o movimento que derrubou o ditador Hosni Mubarak, após quase 30 anos no poder. A pergunta comumente refletia espanto e curiosidade com o fato visto como novidade. Revelava o alcance das representações oriundas do que o intelectual palestino Edward Said (1935-2003) define como “orientalismo”<sup>2</sup>. Conforme esse autor, é “um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o ‘Oriente’ e (na maior parte do tempo) o ‘Ocidente’ (2007, p. 29). Uma ótica que contrapõe “Oriente” e “Ocidente” enquanto entidades geográficas, culturais e históricas criadas pelo homem. Constitui, assim, uma ideia, um imaginário e um discurso (Idem, p. 31).

De acordo com essa visão, os “ocidentais” seriam apresentados como civilizados, com raciocínio lógico, pacíficos, capazes de valores reais; já os “orientais” equivaleriam a uma massa uniforme de povos

---

\* DOI - 10.29388/978-65-81417-18-5-0-f.259-272

<sup>1</sup> Jornalista, com especialização em Globalização e Cultura pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, mestre e doutoranda em Estudos Árabes pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), sob orientação do professor-doutor Michel Sleiman.

<sup>2</sup> SAID, E. W. **Orientalismo**: O Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

atrasados, bárbaros, afeitos à violência por natureza, que não poderiam se autogovernar, deveriam ser temidos e, portanto, controlados (Idem, p. 85).

Mesmo entre feministas, a representação se mantém. Expressão disso pôde ser observada durante o Fórum Social Mundial em Tunis, capital da Tunísia, em 2013. Chamava atenção o fato de as brasileiras que acompanhavam a delegação do país retratarem o pensamento predominante de que as mulheres na região eram mais oprimidas e submissas, alheias aos espaços públicos. Uma visão preconcebida embaçada pelo orientalismo.

O conceito não é novo. Por ocasião do Concílio de Viena (1312), já teriam surgido várias cátedras de estudos sobre o “Oriente” (Ibidem). Não obstante, o século XVIII é entendido por Said como um marco em sua fase moderna, em que teria havido uma espécie de “renascimento”, com a ampliação das representações sobre os povos “orientais”. Quatro elementos marcariam essa fase: a expansão do que se consideraria “Oriente”, incluindo novas regiões e períodos; o reforço do confronto histórico com o “Ocidente”, numa busca por fortalecer a ideia de uma civilização europeia superior; uma identificação seletiva com o “Outro”; e sua classificação por *tipos*, amplamente fundamentada na teoria racial que teve seu auge ao final do século XIX (SAID, 2007, p. 174-314; grifo do autor). Simultaneamente, os padrões antigos do orientalismo – estruturados na visão religiosa da história e do destino humano – teriam sido recriados e incorporados (Idem, p. 176).

Anuar Abdel Malek (1963, p. 104), um dos predecessores de Said na análise dessa abordagem em relação ao mundo árabe, reitera que a história do orientalismo tradicional situa sua fundação durante o Concílio de Viena. Assim como Said, destaca, contudo, que na região em questão, o “real ímpeto de estudos orientais” data essencialmente do período de domínio colonial europeu. O “Oriente” e “os orientais” eram vistos como objetos de estudo passivos, alienados, dotados de uma subjetividade histórica, sem autonomia, que precisavam ser defi-

nidos por “outros”. Seriam caracterizados por sua “tipologia étnica” (1963, p. 108).

O feminismo liberal, enquanto movimento político e intelectual, surge no período identificado pelos autores como de expansão colonial europeia: “na virada do século XVIII para o século XIX, e pode ser identificado como um filho indesejado da Revolução Francesa” (MIGUEL, 2017, p. 19). De acordo com esse autor, a inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797) é considerada uma das fundadoras do movimento. “Seu pensamento marca a primeira elaboração sistemática de um entendimento das raízes da opressão sofrida pelas mulheres<sup>3</sup>.” Portanto, seu trabalho tem grande importância à construção de uma teoria política feminista.

Marco importante à luta contra o sistema patriarcal, essa vertente tem como centralidade a opressão de gênero. A interseccionalidade com as desigualdades de raça e classe é secundarizada ou inexistente. Por essa razão, ao longo da História, o feminismo liberal não raro é percebido como alheio às demandas das mulheres negras<sup>4</sup>. O mesmo se dá com as árabes.

Essa consciência crítica “feminista, anti-heteronormativa, antirracista e anticolonialista” é que vai forjar rearranjos na teoria política feminista para além do que é tido como característico do universal – que se apoia na cultura dominante e cuja “universalidade é indissociável da expansão colonialista” (MATOS apud BUTTLER, 2012).

Ao desenvolverem suas próprias formas de luta, as mulheres árabes comumente enxergam em expressões do feminismo liberal a lógica colonial à esteira da expansão europeia no Norte da África e Oriente Médio. O movimento em questão apontaria assim seus limites.

---

<sup>3</sup> MIGUEL, L. F. **Mary Wollstonecraft e as origens do feminismo**. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/27/mary-wollstonecraft-e-as-origens-do-feminismo/>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

<sup>4</sup> WANE, N. Uncovering the Well: Black Feminist in Canada. In: **Ruptures: Anti-colonial & Anti-racist Feminist Theorizing**. (Ed.). WANE, N.; JAGIRE, J.; MURAD, Z. Toronto: Sense Publishers, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/KBPzCh>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

Dissocia a opressão de gênero da colonização e reproduz representações orientalistas. Entre essas, de que as muçulmanas precisam ser “salvas” (ABU-LUGHOD, 2015).

## Por trás do véu

Há uma generalização sobre as mulheres árabes (apesar da diversidade predominante na região, consideram-se todas como “muçulmanas” e oprimidas). Na simplificação de um mundo homogêneo, a vestimenta é símbolo maior da opressão (Idem, 2015).

Ao movimento que se coaduna com esse discurso, a escritora egípcia-americana Leila Ahmed, especialista em estudos sobre gênero e Islã, denomina “feminismo colonial”. Adere à representação binária secularismo/modernismo/progresso vs Islam/retrocesso/tradição. Representação utilizada tanto pelos europeus quanto pelo movimento sionista<sup>5</sup> na Palestina como instrumentos à colonização (MEARI, 2016). A antropóloga americana-palestina Lila Abu-Lughod aponta:

Nesse discurso, o véu torna-se um significante para a opressão das mulheres, legitimando intervenções coloniais, como as intervenções militares extremamente violentas no Afeganistão e no Iraque, sob o auspício de libertar as mulheres muçulmanas de suas culturas aparentemente opressivas e patriarcais. A mídia ocidental se concentra na opressão das mulheres e na imposição do véu. [...] (2015).

Abu-Lughod (2015) discorre sobre a necessidade de se evitar a generalização e o reducionismo em relação à vestimenta das mulheres na região. Para ela, a interpretação adotada inclusive em círculos do feminismo liberal de que o véu é sinal de submissão ou da falta de liberdade de expressão das mulheres deve ser evitada,

---

<sup>5</sup> O sionismo político moderno surge em fins do século XIX. O movimento resultará na constituição de Israel em 1948 como um Estado judeu mediante colonização e limpeza étnica na Palestina. Ver em: PAPPÉ, I. **A limpeza étnica da Palestina**. Tradução de Luís Gustavo Soares. São Paulo: Editora Sundermann, 2016.

[...] mesmo que nos oponhamos à imposição estatal dessa forma, como no Irã ou com o Talibã (é preciso lembrar que os estados em modernização como a Turquia e o Irã tinham, no início do século, banido o uso do véu e requerido aos homens, exceto aos clérigos religiosos, que adotassem a vestimenta ocidental). O que significa a liberdade se aceitarmos a premissa fundamental de que os humanos são seres sociais, sempre criados em certos contextos sociais e históricos e pertencentes a comunidades particulares que dão forma a seus desejos e entendimentos do mundo? Não é uma grande violação aos entendimentos próprios das mulheres do que elas estão fazendo simplesmente denunciar a burca como uma imposição medieval? Segundo, devemos tomar cuidado para não reduzir as diversas situações e atitudes de milhões de mulheres muçulmanas para uma única peça de roupa. Talvez seja hora de desistir da obsessão americana com o véu e focar em questões mais sérias com as quais as feministas e outras deveriam de fato estar preocupadas. (ABU-LUGHOD, 2015).

Ela lembra que há diversos tipos de véus, com distintos significados nas comunidades em que são utilizados, seja como expressão da cultura ou *status* social (historicamente o véu era utilizado por mulheres da elite). Igualmente, no Afeganistão, um país não árabe, a burca não foi invenção do Talibã – inicialmente era usada por determinada classe social como sinal de distinção. O Talibã se apropriou desse costume e o expandiu. Mesmo que se livrassem da imposição, o mais provável é que optassem por outro tipo de véu: não o retirariam e passariam a vestir jeans ou shorts (ABU-LUGHOD, 2015). A obsessão ocidental por salvar as mulheres árabes da opressão simbolizada pelo véu tem implicações. Na Palestina ocupada, por exemplo:

[...] o discurso colonial-orientalista deu origem a um discurso islâmico religioso sobre as mulheres como a negação do discurso colonial e uma consequente rejeição de qualquer mobilização para as questões das mulheres. (MEARI, 2016).

Como indica a autora, o contraponto serviria como justificativa para secundarizar a luta contra a opressão de gênero:

Para monopolizar o poder e buscar a legitimidade popular, esse discurso define as lutas das mulheres como uma prática ilegítima ocidentalizada, apesar do fato de que essas lutas emergem das experiências e condições vividas pelas mulheres palestinas. (MEARI, 2016).

O feminismo anticolonial seria a resposta tanto à representação orientalista a serviço do projeto colonial quanto ao intento de silenciar a luta pelos direitos das mulheres na região – cuja opressão tem suas raízes na situação político-econômica e na colonização. Vertente é o chamado feminismo islâmico, que tem sua origem nos anos 1980. Esse movimento parte do pressuposto de que o Islã não seria obstáculo a uma sociedade igualitária; as relações de opressão decorrem de uma leitura masculinizada do Alcorão, e não do livro sagrado (AHMAD, 2015). Nessa dupla batalha, enfrenta-se tanto com uma suposta reação conservadora – o aumento do fundamentalismo, nas palavras da socióloga feminista marroquina Fatima Mernissi (1940-2015) – quanto com o viés de que é preciso transformar aquela sociedade à imagem e semelhança do Ocidente:

Esse discurso ignora a dura realidade da opressão das mulheres nas sociedades ocidentais, como as taxas extremamente altas de violência sexual e doméstica ou as formas pelas quais o capitalismo corporativo define as mulheres ocidentais como objetos sexualizados, mercadorias e consumidores. (MEARI, 2016).

Ao mesmo tempo em que criticam a “imposição” do véu e utilizam a necessidade de “salvar” as mulheres do Oriente da opressão intrínseca à cultura local, países europeus usam o argumento do secularismo para impor seu próprio modelo civilizatório também internamente: avançam em proibir parcial ou totalmente o uso do véu. O caso mais emblemático é a França. Em 2017, o anúncio governamental de proibição do uso do burquini (traje de banho usado por islâmicas que cobre o corpo e a cabeça das mulheres) nas praias do país teve que ser

revogada, após protestos e confrontos com mulheres muçulmanas que têm lutado pelo direito à vestimenta<sup>6</sup>.

## Protagonismo histórico

A representação da “superioridade” ocidental presente na dicotomia orientalista tem se apoiado no apagamento histórico do protagonismo das mulheres árabes e muçulmanas. Esse protagonismo remete a tempos imemoriais, segundo Nawal El-Saadawi, como a era pré-islâmica e posteriormente, em campos tão diversos como as artes, a literatura e os campos de batalha (2002, p. 183):

A história dos árabes como uma tapeçaria rica e ornamentada é marchetada com os brilhantes nomes dessas mulheres. Para mencionar apenas algumas, podemos lembrar Nessiba Bint Kaab, que combateu com sua espada ao lado de Maomé na batalha de Ahad e não abandonou a luta até ser ferida pela décima terceira vez. Maomé sempre lhe guardou grande respeito e disse: “A posição a ela devida é mais alta do que a dos homens.” Outra mulher, Om Solayem Bint Malham, cingiu uma adaga ao redor de sua cintura, acima de seu ventre de grávida, e também lutou nas fileiras de Maomé e seus seguidores. Do outro lado, também houve mulheres que tomaram parte nas lutas contra Maomé. Entre essas esteve Hind Bint Habia, a esposa de Abu Sufian. Ela usou armadura e máscara de guerreiro na batalha de Ahad e brandia sua espada antes de enterrá-la num inimigo após outro com golpes mortais. Hind foi uma mulher que insistia em sua liberdade e em tomar suas próprias decisões em sua vida pessoal. Ela disse a seu pai: “Eu sou uma mulher que segura sua vida em suas próprias mãos e sabe o que quer.” E seu pai lhe respondeu: “Assim o será.” (IDEM, p. 183-184).

Várias estudiosas apresentam a imagem da mulher forte nos tempos do profeta Mohamad (*Maomé*) (AHMED, 1992; FERNEA; BENZIGAN, 1976; SAADAWI, 2002). O período era de transição do

---

<sup>6</sup> SIZA, R. O véu pela Europa, **Portal Público**. Disponível em: <<https://goo.gl/KwepZT>>. Acesso em: 1 jul. 2018.



sistema matriarcal ao patriarcal, como resultado do controle dos homens sobre a economia e a religião (SAADAWI, 2002, p. 185). A autora argumenta que aspectos do matriarcado provavelmente expliquem o papel importante desempenhado tanto no período pré-islâmico quanto na primitiva sociedade islâmica. Talvez essa herança explique o protagonismo no período contemporâneo.

Jogar luz sobre essa trajetória tem sido parte da busca por desconstruir as representações sobre as mulheres árabes. Autoras como Nawal El Saadawi trazem vários exemplos dessa História, “invisibilizada pelos homens que a escreveram”. Entre eles, o das palestinas, “que tem conservado as mesmas tradições e espírito combativo que suas irmãs argelinas” (SAADAWI, 2002, p. 253).

Elas foram pioneiras em se levantar contra os primeiros assentamentos sionistas com fins de colonização ainda em fins do século XIX. Constituíram a primeira Associação de Mulheres em 1903 e em 1929 realizaram o I Congresso de Mulheres Árabes em Jerusalém. Lutaram ao lado dos homens na revolução de 1936-1939 contra o mandato britânico<sup>7</sup> e a colonização sionista e formaram brigadas armadas para tentar resistir à limpeza étnica na Palestina em 1948. Em 1965 criaram a União Geral das Mulheres Palestinas, atrelada à Organização para a Libertação da Palestina (OLP), período em que participaram de ações diretas. Igualmente se somaram nas *Intifadas* (levantes populares) de 1987-1993 e 2000-2004. (MISLEH, 2017). Segundo Saadawi, “a extensa lista de mártires serviria para encher as páginas de todo um capítulo” (2002, p. 253). Em 3 de julho de 2018, milhares participaram da marcha feminina em Gaza, como parte da Grande Marcha do Retorno, inaugurada em 30 de março, contra o cerco imposto por Israel à estreita faixa e pelo direito de retorno dos refugiados às suas terras<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Ao fim da Primeira Guerra Mundial, os aliados dividiram as colônias do derrotado Império Otomano e ficaram com o mandato sobre elas. A Palestina ficou sob domínio britânico. Em MISLEH, S. Nakba: um estudo sobre a catástrofe palestina. São Paulo: Editora Sundermann, 2017.

<sup>8</sup> ALL JAZEERA AND NEW AGENCIES. Israeli forces wound scores of women in Gaza rally. Disponível em: <<https://goo.gl/e1kutm>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

Não obstante o retrocesso no Egito, classificado como o pior dos 22 países para a mulher, segundo estudo da Thomson-Reuters Foundation News<sup>9</sup>, o protagonismo feminino não é menor ao longo da História. Para citar alguns exemplos, no início do século XX as egípcias deflagraram greve geral e ocuparam as fábricas contra as péssimas condições de trabalho, reivindicando licença-maternidade e redução da jornada. As trabalhadoras industriais e dos vilarejos rurais constituíram a força feminina que participou da revolução de 1919 contra o domínio britânico. No mesmo ano as sírias realizaram em Damasco a primeira manifestação contra a colonização francesa. Registram-se na história lutas das argelinas, sudanesas, libanesas, jordanianas, iraquianas, tunisianas, marroquinas, iemenitas, kwaitianas, líbias (SAADAWI, 2002, p. 252-254).

As tunisianas conquistaram o direito ao voto em 1956, logo após a independência do país, o direito ao aborto com até 12 semanas de gestação ainda nos anos 1960<sup>10</sup> e, mais recentemente, em agosto de 2017, uma lei que criminaliza a violência e discriminação contra a mulher, inclusive prevendo multa a intencional desigualdade salarial<sup>11</sup>. E em 24 de junho, na Arábia Saudita, as mulheres conquistaram o fim da proibição do direito de dirigir, após luta iniciada nos anos 1990 e que ganhou repercussão internacional – fundamental para derrubar a restrição<sup>12</sup>.

---

<sup>9</sup> THOMSON-REUTERS FOUNDATION NEWS. POLL-Egypt is worst Arab state for women, Comoros best. Nov. 2013. Disponível em: <<http://news.trust.org/item/20131108170910-qacvu/?source=spotlight-writaw>>. Acesso em: 1 julho 2018.

<sup>10</sup> INSTITUTO HUMANITAS. **Um ponto forte a favor da Tunísia:** suas mulheres. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/40908-um-ponto-forte-a-favor-da-tunisia-suas-mulheres.>> Acesso em: 1 jul. 2018.

<sup>11</sup> LORENA, S. Tunísia aprova lei histórica contra a violência doméstica, **Portal Público**. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/07/27/mundo/noticia/tunisia-aprova-lei-historica-contr-a-violencia-domestica-1780559>. Acesso em: 1 jul. 2018.

<sup>12</sup> PRESS, F. Termina proibição de mulheres de dirigir na Arábia Saudita, **Portal G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/termina-proibicao-de-mulheres-de-dirigir-na-arabia-saudita.ghtml>>. Acesso em: 1 jul. 2018.

## Gênero e literatura

O feminismo anticolonial também está refletido na literatura árabe. Samira 'Azzam (1924-1967) foi a terceira escritora palestina de ficção a alçar-se à fama na região nos anos 1950. Original de Akka, território palestino em 1948, integrou o conjunto de habitantes nativos expulsos de suas terras naquele ano, tendo vivido em vários países árabes, incluindo Iraque e Beirute. Além de retratar a experiência palestina, como em *Bread of Sacrifice*, aborda a situação da mulher.

“Uma das diferenças desse segundo período em comparação ao anterior é a emergência de escritoras no campo das crônicas e contos.” (MOHAMADI; SADEGHI, 2014, p. 66). Uma das mais proeminentes entre as que emergem após 1967, em cujas obras ficcionais têm traçado paralelos entre a ausência de liberdade sob ocupação israelense e a opressão das mulheres, é Sahar Khalifeh. Nascida na cidade de Nablus, Palestina ocupada, em 1941, em sua novela *Wild Thorns*, por exemplo, reflete sua consideração da “colonização como um patriarcado” (MOHAMADI; SADEGHI, 2014). Essa conexão dialética é expressa em suas obras, com a emancipação das mulheres dirigida a incitar a revolta e alcançar igualdade (ABU-NIDAL, 2017).

## Considerações finais

O feminismo anticolonial enquanto prática e teoria no Oriente Médio e Norte da África se enquadra nos rearranjos forjados na contemporaneidade por mulheres que historicamente não percebem suas demandas e particularidades contempladas pelo feminismo liberal. A partir da consciência crítica que o embasa, joga luz sobre os limites desse movimento, cuja ideologia ainda é dominante no Ocidente. Sua suposta universalidade na luta contra a opressão de gênero ignora não só as especificidades femininas nas diversas partes do mundo, como reproduz a cultura dominante, a serviço da colonização. No caso das

árabes e muçulmanas, enxerga a opressão de gênero como inerente às tradições e cultura de seu meio – e não como fruto da colonização estrangeira e de diferenças de classe. Nesse sentido, reproduz o mito da superioridade ocidental e homogênea as árabes e muçulmanas, que devem ser “salvas” de seu ambiente naturalmente violento – o que é patente no discurso que foca o véu como o símbolo maior da opressão. A proposta de levar valores tidos como ocidentais, como “democracia” e respeito aos “direitos humanos”, serve a esse intento.

À generalização e ao reducionismo patentes, o feminismo anti-colonial surge como resposta. Critica e desconstrói as representações orientalistas e preenche o vácuo de um movimento que desvia o olhar para as relações de poder que são fundantes à opressão de gênero. O retrocesso no Egito – elencado em estudo da Thomson-Reuters Foundation News como o pior dos 22 países árabes para as mulheres, após o declínio da revolução de 2011 – é emblemático. Assim como o avanço nas conquistas das mulheres na Tunísia, sobretudo após a revolução de 2010-11 que derrubou o ditador Ben-Ali, depois de quase 22 anos no poder.

Parte da desconstrução proposta pelo feminismo anticolonial – que se coaduna com vertentes como os feminismos antirracista e islâmico – é resgatar o protagonismo das mulheres árabes e muçulmanas na História. Diretora do Instituto de Estudos da Mulher da Universidade de Birzeit, a professora-doutora palestina Lena Meari (2016) argumenta que é necessário descolonizar o conhecimento. A academia tem contribuição importante para tanto.

## Referências

ABDO, N. **Captive Revolution: Palestinian Women's Anti-Colonial Struggle Within the Israeli Prison System.** London: Pluto Press, 2014.

ABU LUGHOD, L. **Do Muslim Women Need Saving?** Third Printing. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

ABU NIDAL, N. The Novels of Sahar Khalifeh. **Palestine-Israel Journal**. Disponível em: <<http://www.pij.org/details.php?id=49>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

AHMED, L. **Women and Gender in Islam: Historical Roots of a Modern Debate**. United States of America: Yale University, 1992.

ALL JAZEERA AND NEW AGENCIES. **Israeli forces wound scores of women in Gaza rally**. Disponível em: <<https://goo.gl/e1kutm>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Feminismo e política**. 4º reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

FERNEA, E. W.; BEZIRGAN, B. Q. **Middle Eastern Muslim Women Speak**. Translated by Omar S. Pound. Third Paperback Printing. United States of America: University of Texas Press, 1984.

INSTITUTO HUMANITAS. **Um ponto forte a favor da Tunísia: suas mulheres**. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/40908-um-ponto-forte-a-favor-da-tunisia-suas-mulheres>>. Acesso em: 1 jul. 2018.

JAYYUSI, K. S. (Ed.). **Anthology of Modern Palestinian Literature**. New York: Columbia University Press, 1992.

LORENA, S. **Tunísia aprova lei histórica contra a violência doméstica**. Portal Público. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2017/07/27/mundo/noticia/tunisia-aprova-lei-historica-contr-a-violencia-domestica-1780559>>. Acesso em: 1 jul. 2018.

MALEK, A. A.-M. Orientalism in Crisis. **Diógenes**, v. 11, n. 44, p. 103-140, 1963.

MATOS, M. O campo científico-crítico-emancipatório das diferenças como experiência da descolonização acadêmica. In: BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. (Org.). **Teoria política e feminismo**: Abordagens brasileiras. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

MEARI, L. **The Predicament of The Arab-Palestinian Feminist Movement (2016)**. Disponível em: <<https://goo.gl/ewq2xd>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

MERNISSI, F. **Beyond the Veil**: Male-Female Dynamics in Modern Muslim Society. Revised Edition. United States of America: Indiana University Press, 1987.

\_\_\_\_\_. **The Veil and The Male Elite**: a Feminist Interpretation of Women 's Rights in Islam. Translation by Mary Jo Lakeland. United States of America: Addison-Wesley Publishing Company, 1991.

MIGUEL, L. F. **Mary Wollstonecraft e as origens do feminismo**. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/27/mary-wollstonecraft-e-as-origens-do-feminismo/>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

MISLEH, S. **Al Nakba**: um estudo sobre a catástrofe palestina. Editora Sundermann: São Paulo: 2017.

MOHAMADI, O.; SADEGHI, Z. Double Colonisation of Palestine in Sahar Khalifeh 's Wild Thorns. **International Journal of Women 's Research**, v. 3, n. 1, 2014.

PAPPÉ, I. **A limpeza étnica da Palestina**. Tradução de Luís Gustavo Soares. São Paulo: Editora Sundermann, 2016.

PRESS, F. Termina proibição de mulheres de dirigir na Arábia Saudita. **Portal G1**, 24 jun. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/termina-proibicao-de-mulheres-de-dirigir-na-arabia-saudita.ghtml>>. Acesso em: 1 jul. 2018.

SAADAWI, N. El. **A face oculta de Eva**: as mulheres do mundo árabe. Tradução Sarah G. Rubin, Therezinha Ebert Gomes e Elisabeth Mara Pow. Global Editora: São Paulo, 2002.

SAID, E. W. **Orientalismo**: O Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Editora Schwarcz, 2007.

SIZA, R. **O véu pela Europa**. Portal Público. Disponível em: <<https://goo.gl/tetyNU>>. Acesso em: 1 jul. 2018.

THOMSON-REUTERS FOUNDATION NEWS. POLL-Egypt is worst Arab state for women, Comoros best. Nov. 2013. Disponível em: <<http://news.trust.org/item/20131108170910-qacvu/?source=splight-writaw>>. Acesso em: 1 jul. 2018.

WADI, S. **Feminismos de corpos ocupados**: as mulheres palestianas entre duas resistências. 2009. 88 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Feministas) - Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/uN33WD>>. Acesso em: 1 jul. 2018.

WANE, N. Uncovering the Well: Black Feminist in Canada. In: WANE, N.; JAGIRE, J.; MURAD, Z. (Ed.). **Ruptures**: Anti-colonial & Anti-racist Feminist Theorizing. Toronto: Sense Publishers, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/KBPzCh>>. Acesso em: 2 jul. 2018.